



PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO N.º 171, DE 5 DE MAIO DE 1983

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da III Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1.º — É aprovada a indicação do Deputado Mário Covas Júnior para Prefeito do Município de São Paulo.

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 5 de maio de 1983.

a) NEFI TALKS, Presidente

a) Vanderlei Macris, 1.º Secretário

a) Sérgio Santos, 2.º Secretário.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

13.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 10.ª LEGISLATURA, EM 12-4-83

PRESIDÊNCIA dos Srs. Nefi Tales, Fernando Moraes e Sérgio Santos
SECRETÁRIO: Sr. Fernando Moraes

O SR. PRESIDENTE (Nefi Tales — PMDB) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados Abrahim Dabus — Ademar de Barros — Aloysio Nunes Ferreira — Alvaro Fraga — Anizio Batista — Fernando Silveira — Luiz Furlan — Antônio Rezak — Rubens Lara — Antônio Scopel — Arthur Alves Pinto — Ary de Camargo Pedrosa — Ary Kara — Augusto Toscano — Benedito Cintra — Carlos Apolinário — Crolinda Silveira Sampaio — Eduardo Bittencourt — Eduardo Jorge — Elias Salim Curiati — Emilio Justo — Evandro Mesquita — Expedito Soares — Fausto Rocha — Fauze Carlos — Fernando Moraes — Fernando Mauro — Floriano Leandrini — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Geraldo Alckmin — Gilberto Delmont — Hatiro Shimomoto — Hélio César Rosas — Hélio Furlan — Jacob Lopes — Jair Andreoni — Januário Mantelli Neto — Gilberto Port — Jorge Fernandes — José Cicote — Archimedes Lammoglia — José Gregori — José Storópoli — José Yunes — Koyu Iha — Laerte Pinto — Luiz Máximo — Luiz Carlos Santos — Sérgio Santos — Manoel Moreira — Marcelino Romano Machado — Marcos Aurélio Ribeiro — Maria Ruth dos Santos — Mauro Bragato — Maurício Najjar — Milton Baldochi — Nabi Chedid — Nefi Tales — Nelson Mancini Nicolau — Osório Silveira — Paulo Frateschi — Paulo Kobayashi — Paulo Sogayar — Paulo Diniz — Randal Juliano Garcia — Ricardo Izar — Roberto Purini — Sydney Palácios — Sylvio Martini — Vanderlei Macris — Dália Priá — Vicente Botta — Wadih Helú — Wagner Rossi — Waldemar Chubaci — Waldyr Trigo — Walter Auada — Walter Lemes Soares — Walter Mendes — Walter Lazzarini — Tonico Ramos — Fernando Leça e Edinho Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Nefi Tales — PMDB) — Convido o Sr. Deputado Fernando Moraes para, como 2.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Fernando Moraes — PMDB) procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Nefi Tales — PMDB) — Convido o Sr. Deputado Fernando Moraes para, como 1.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Fernando Moraes — PMDB) procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

EMENTÁRIO DA 13.ª SESSÃO ORDINÁRIA

PEQUENO EXPEDIENTE

- 1 — Presidente Nefi Tales — Abre a sessão.
- 2 — Augusto Toscano — Para reclamação, comunica a existência de engano na autoria de requerimento de urgência publicado no "Diário Oficial" de hoje, à página 54.
- 3 — Presidente Nefi Tales — Comunica que o equívoco da Imprensa Oficial será corrigido.
- 4 — Gilberto Port — Reconhece a validade de determinadas críticas ao Governo Federal, ressalvando a importância da democratização do País, que não deve ser prejudicada pela pregação de ódio entre as classes.
- 5 — José Yunes — Sugere, como forma de ampliar o mercado de trabalho, a concessão de anistia fiscal para multas e correção monetária incidentes sobre a dívida ativa de empresas com o Estado, desde que estas contratem empregados em proporções determinadas. Apóia pedido de constituição de CEI formulado pelo Deputado Paulo Diniz, do PT.
- 6 — Alvaro Fraga — Manifesta consternação pelo fato de existirem forças contrárias à aprovação da Emenda Benevides.
- 7 — Fernando Moraes — Assume a Presidência.
- 8 — Expedito Soares — Denuncia tentativas de desestabilizar a administração Gilson Menezes, em Osasco.
- 9 — Ary de Camargo Pedrosa — Comenta a marginalização sofrida até agora pela cidade de Piracicaba, liderada há dez anos por prefeitos do PMDB, manifestando confiança em que o Governo Montoro faça justiça à cidade.
- 10 — Sérgio Santos — Assume a Presidência.
- 11 — Ricardo Izar — Considera que as exonerações que vêm sendo feitas em autarquias e empresas públicas são contrárias às medidas anunciadas pelo Governo do Estado para minorar o problema do desemprego.
- 12 — Maurício Najjar — Comenta propostas de solução para o problema do desemprego, discordando das fórmulas sugeridas pelo Dep. José Yunes e pelo Ministro Camilo Pena.

GRANDE EXPEDIENTE

- 13 — Marcelino Romano Machado — Declara que responderá amanhã ao pronunciamento feito pelo Dep. Wagner Rossi, por estar este ausente do plenário.
- 14 — Fauze Carlos — Lembra que o PDS defende as eleições diretas para as prefeituras das capitais, criticando a posição do Senador Aderbal Jurema a respeito do assunto.
- 15 — Fernando Silveira — Pronuncia-se sobre a necessidade de melhor distribuição de renda e de mão-de-obra para minorar os problemas sociais do País.
- 16 — Sydney Palácios — Elogia a atitude tomada pelo Secretário da Segurança Pública de São Paulo ao defender a atuação das Polícias Militar e Civil do Estado contra acusações formuladas pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Comenta projeto de emenda constitucional do Dep. Farabulini Júnior, tornando alistáveis como eleitores os cabos e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros dos Estados.
- 17 — Osório Silveira — Afirma ter apoiado sempre a reconstrução da UBES-União Brasileira dos Estudantes Secundários, congratula-se com os estudantes pela organização do 21.º Congresso da entidade de Campinas e lê trecho do editorial do "Boletim Nacional da União Brasileira de Estudantes Secundários".

ORDEM DO DIA

- 18 — Presidente Sérgio Santos — Põe em discussão o Requerimento n.º 111/83.

19 — Augusto Toscano — Discute o Requerimento 111/83 (propõe a constituição de CEI para apurar denúncias referentes à má aplicação de recursos públicos destinados à prospecção de petróleo).

20 — Presidente Sérgio Santos — Transmite convocação feita pela Presidência efetiva para sessão extraordinária a realizar-se 60 min. após o término da segunda sessão. Põe em votação, e declara aprovado, o Requerimento n.º 111/83. Convoca os Srs. Deputados para a segunda sessão ordinária, à hora regimental. Encerra a sessão.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. AUGUSTO TOSCANO (PTB - Para reclamação) — Sr. Presidente, o "Diário Oficial" de hoje publica, à página 54, requerimento de urgência para tramitação de requerimento de constituição de uma CEI do Consórcio Paulistano, que é de autoria do nobre Deputado Fernando Silveira. Equivocadamente consta como primeiro subscritor o nobre Deputado José Gregori, quando na realidade deveria constar o nobre Deputado Fernando Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Nefi Tales — PMDB) — A questão de ordem de V. Exa. é procedente. Houve um equívoco da Imprensa Oficial que será corrigido amanhã.

Tem a palavra o primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Gilberto Port.

O SR. GILBERTO PORT (PDS) — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, todos nós concordamos em que medidas efetivas, sérias e urgentes deverão ser tomadas, no setor socioeconômico deste País, para minimizar a violenta crise que está abalando a estrutura não só da cidade-líder da Nação, mas, de toda a Nação brasileira.

Todos nós concordamos, até, com determinadas críticas de vários parlamentares desta Casa à insensibilidade de alguns setores do Governo Federal ao tratar de matéria tão relevante e de tamanha importância para a gente brasileira.

Mas, com o que não podemos concordar, Sr. Presidente, é que, após a bagunça generalizada ocorrida em São Paulo, no Município de Osasco, onde residimos, panfletos continuam sendo distribuídos, pregando o ódio entre classes, pregando, a pretexto de defesa do desempregado, a luta entre classes.

Vários parlamentares que usaram esta tribuna, usaram muito os termos ditadura, repressão. Os panfletos, também, falam em ditadura.

Concordamos, sim, que existe crise; concordamos, sim, em que temos de somar as nossas inteligências, os nossos esforços, o nosso grau de patriotismo para minimizar a crise. Mas, com o que não concordamos, efetivamente, é com o uso de termos dessa natureza que, a meu ver, já fazem parte do passado.

Falaram, aqui, em botas; falaram aqui, em estrelas que conduzem esta Nação, mas, da mesma maneira que aplaudo a notícia de que os militares estão retornando às casernas, para zelar exclusivamente pela segurança nacional, gostaria, também, que determinadas facções da Igreja retornassem às sacristias, para transmitir a paz espiritual, a serenidade, a tranquilidade e o respeito a toda a sociedade brasileira.

Trabalhador não faz baderna, trabalhador não depreda, trabalhador não faz saque, trabalhador não assalta supermercado da Volkswagen. Trabalhador tem o sindicato para lutar pelas suas reivindicações. O que acontece é que todas as reuniões, hoje, na minha região, são realizadas em igrejas.

Então, há necessidade de que, com equilíbrio, com serenidade, solicitemos a Dom Paulo Evaristo Arns que oriente a nossa Igreja para não permitir que aquilo que para nós é inextinguível, a marcha para a democracia plena, possa ser abalado pela irresponsabilidade, pela insensibilidade, pela falta de amor à pátria por parte de tantos fariseus que vivem por aí, com retóricas embusteiras, com palavras fáceis e mentirosas, como se a crise acontecesse somente neste País.

Ditadura? Não posso concordar, porque veio a anistia. Ditadura? Não posso concordar, porque veio a revogação do AI-5. Ditadura? Não posso concordar, porque tantos cassados e exilados tiveram o registro de suas candidaturas legalmente, foram eleitos, empossados e falam o que devem e também o que não devem em todas as tribunas, em praças públicas, em reuniões deste País. Ditadura? Não posso concordar, quando elegemos diretamente os governadores de Estados e quando o Sr. Presidente da República, a quem a justiça registrará na História, este grande democrata chamado João Baptista Figueiredo, recebe a todos para um diálogo franco, aberto, sincero, democrático e leal, para resolver em comum os problemas que afligem os Estados e a Nação brasileira.

Ditadura, Sr. Presidente, é coisa que já não pertence ao Brasil e é disto que os nobres parlamentares precisam se conscientizar, é disto que tantos que promovem a desordem precisam se conscientizar, de que neste País ninguém — travestido de verde-amarelo, direitista e muito menos colorido de vermelho, esquerdista — haverá de transformar o rumo normal das coisas, o rumo à democracia plena, aberta, querida, desejada, aspirada e reclamada por toda a Nação brasileira. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Nefi Tales — PMDB) Tem a palavra o nobre Deputado Edinho Araújo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Sylvio Martini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Yunes.

O SR. JOSÉ YUNES (PMDB) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda estamos marcados pelas sequelas da recente crise que abalou São Paulo, com o problema do desemprego. Não há dúvida alguma de que esse problema teve e tem como causa principal a recessão econômica, fruto de um modelo político que sustentamos há 20 anos.

É nesse sentido que, recebendo sugestões de vários setores que também se preocupam com a política econômica, venho alertar e sugerir ao Governador do Estado, que amanhã terá uma audiência com o Presidente da República, que criemos mecanismos para que se possa ampliar o mercado de trabalho exigido pela sociedade e por aqueles que estão em busca do pão de cada dia.

O Estado é credor de grandes importâncias que constituem a dívida ativa. Estes créditos, em grande parte, não deverão ser recebidos, quer porque as empresas devedoras se apresentam em estado falimentar, quer porque as mesmas não terão bens suficientes para garantir a própria dívida em execução.

O que se cogita é dar uma anistia fiscal para as multas e a correção monetária incidentes sobre a dívida ativa, prevalecendo a dívida principal, porém, desde que a empresa beneficiada contrate empregados, na proporção de um a cinco por cento sobre seus quadros do último mês de março. Se o Estado, exemplificadamente, possui 500 mil empresas e pelo menos 20% delas são devedoras, teremos a contratação de, no mínimo, 100 mil pessoas desempregadas. Depois, o próprio Estado certamente se beneficiará com o recebimento desses créditos, sem maiores despesas de execução, pois parte dele é considerada como perda e inexecutável. O controle dessas contratações poderia ser feito pelos próprios sindicatos, pela Secretaria da Fazenda ou ainda por um órgão devidamente indicado pelo Poder Executivo, que receberia a listagem mensal do número de empregados, listagem essa que já é fornecida ao Ministério do Trabalho e que também deveria ser igualmente fornecida à Secretaria do Trabalho. É claro que a ideia não leva em consideração o número exato do débito, nem de empregos, nem das empresas devedoras. Isso dependeria de levantamento correto a ser feito pela Secretaria da Fazenda. No entanto, o que é certo, absolutamente certo, é que essa medida teria alcance social imediato, aliviando empresas devedoras e realimentando a economia nacional, pois daria oportunidade ao Estado de receber créditos tidos como perdidos, e, o mais importante, seria uma resposta política imediata à sociedade e à União — a principal responsável pela política econômica a nós imposta — a qual, juntamente com outros Estados e Municípios, poderiam tomar como exemplo. E é nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que faço um apelo para que a classe política não se preocupe só com aspectos ideológicos a nível político e social, mas que também passe a se preocupar com os aspectos ideológicos, a nível econômico, pois o problema econômico exige de nós uma demanda, e, principalmente, uma criatividade da classe política, para que se possa buscar uma solução imediata e efetiva para o grande problema do desemprego que assola São Paulo e a Nação.

Aproveito então a oportunidade para, de público, dar o meu apoio ao pedido de uma Comissão Especial de Inquérito formulado pelo nobre Deputado Paulo Diniz, do Partido dos Trabalhadores, pois me parece muito oportuno esse instrumento de investigação que não busca apenas como no passado se buscavam as mazelas da corrupção como causa do desemprego, pois não há dúvida alguma de que as distorções da corrupção e do desbaratamento do erário público também foram causas fundamentais do desemprego que agora realmente enfrentamos com muita tristeza.

Para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Comissão Especial de Inquérito terá a oportunidade não só de buscar as causas verdadeiras para esse grave problema que sem dúvida alguma está na centralização do Poder já que temos agora não mais um regime federativo, mas unitário, que centraliza todo o poder de mando e de comando da política econômica, social e cultural que se impõe a este País. Esta CEI buscará, então, principalmente as causas do problema e proporá soluções, pois a população já está cansada de só ficarmos a nível de denúncias. Vamos buscar soluções para estes problemas que nos afligem. É neste sentido que peço ao Sr. Governador do Estado que analise a ideia, modesta, deste Deputado, como também outras ideias que possivelmente advirão, para que possamos criar um mercado de empregos e possamos igualmente buscar, com toda a sociedade, com todos os segmentos sociais, com todos os partidos, uma forma de salvação nacional; para que todos unidos busquemos, acima de diferenças ideológicas e partidárias, a grande solução que o povo espera, principalmente, da classe política. É nesse sentido que quero registrar esta proposição e pedir à Mesa que envie imediatamente esta proposta ao Poder Executivo e à Secretaria da Fazenda, como também apoiar a constituição de Comissão Especial de Inquérito, pelas razões já fundamentadas por este parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nefi Tales — PMDB) — Tem a palavra o nobre Deputado José Cicote. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Fauze Carlos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Alvaro Fraga.

— Assume a Presidência o Sr. Fernando Moraes.

O SR. ALVARO FRAGA (PDS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, fizemos um requerimento à Presidência desta Casa, aprovado em Plenário, solicitando uma comissão de representação, composta por cinco Deputados, para ir a Brasília tentar sensibilizar aqueles que não conhecem a força de uma abertura e de um processo democrático e que querem começar a colher este movimento de abertura.

Frustração houve de minha parte, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não por parte deste Plenário e desta Presidência, que atenderam de pronto a este requerimento, pois me assustava quando vejo estampado nos jornais que o Senador Jurema — e cada partido tem o Jurema que merece — já tem questão praticamente fechada para jogar as eleições para mil novecentos e alguma coisa.

O que é isto? O PDS, o PMDB, o PT, o PTB e o PDT elaboraram um documento, também tentando sensibilizar o Senado e a Câmara da importância da Emenda Benevides, acrescida da Emenda Armando Pinheiro, da importância de se eleger os Prefeitos das Capitais, da importância de se dar mais um passo nessa conquista total de abertura e do processo democrático até as eleições, se Deus quiser, em futuro próximo, à Presidência da República, ou seja, eleições em todos os níveis.

Mas, meu caro Presidente e Srs. Deputados, acho que a coisa já está arrumada, que o "pacote" já está pronto. Nós precisamos descobrir que forças terríveis são essas que querem impedir a aprovação da emenda que faculta aos Estados, através de suas Assembleias Legislativas, estabelecerem eleições para Prefeito. Se temos esta possibilidade, se todos querem eleições diretas, que mão misteriosa é essa que faz com que a mente do Senador Jurema vá para o lado da postergação das eleições?

Será medo de uma proposta política mais ampla — e estou falando em termos nacionais, em outras Capitais —, medo de uma tomada de posição das forças populares?

Mas isso só é possível fazer indo às ruas, indo aos palanques e lá propagando pelo voto livre, democrático e assim os partidos serão vitalizados. Os partidos sobrevivem a derrotas e vitórias e através de uma bandeira, indo aos palanques, lutando para levar seus programas e sensibilizar a população.